

Haroldo Hollanda

Congresso evita crise política

O presidente José Sarney viu-se obrigado a engajar-se, pessoalmente, no trabalho de mobilização empreendido desde a madrugada para fazer aprovar na tarde de ontem, pelo Congresso, o projeto presidencial de convocação da Constituinte. Desta vez, no segundo turno de votação, houve 55 votos de senadores a favor da mensagem presidencial, o que não deixou de se traduzir num gesto de confiança política ao governo do presidente Sarney. Os senadores, que eram contra o substitutivo ontem aprovado, alegaram que votaram a favor, a fim de não serem responsabilizados pela criação de uma crise política. No entanto, fazem notar que sua divergência tem como ponto de origem o fato de que as lideranças do governo e do PMDB na Câmara tomam as suas decisões, sem consultarem o Senado e suas bancadas, para saberem o que os senadores estão pensando. Enfim, dizem, o que o Senado não deseja é receber o prato-feito ou o chamado fato consumado, como se também não tivessem responsabilidade na condução do processo político e legislativo do País.

Os senadores do PMDB explicam que o presidente Sarney não era contrário à posição de resistência assumida por eles, ao considerarem inaceitável o projeto de convocação da Constituinte, se ele implicasse em perda da função congressual por parte do Senado. Ainda de acordo com a versão dos senadores, Sarney mudou de posição, a partir do momento em que foi advertido por Ulysses Guimarães de que, se o projeto de convocação da Constituinte não fosse aprovado, criar-se-ia no País um vácuo político, ensejando a deflagração de movimento, superior ao das diretas já, precipitando em consequência para 86 as eleições presidenciais. E seria uma onda política de tal modo avassaladora que a ela não teriam condições de opor nem o governo nem o PMDB, porque dela tirariam proveito todos os seus adversários, como o PT, o PDT e os grupos mais radicais do PDS ligados ao malufismo.

Mas o governo não só passou por sobressaltado no Senado. Na Câmara, durante a votação da madrugada de ontem, houve momentos de tensão e de agústia, porque o quorum de 320 deputados favoráveis à Constituinte foi alcançado de forma penosa. O deputado comunista Roberto Freire atribuía isso a alguns elementos da *esquerdinha*, segundo a sua classificação, que não medem as responsabilidades dos seus atos. São os mesmos 40 deputados que, segundo Roberto Freire votaram no Governo Figueiredo contra o projeto de anistia, que transformado em lei terminou por beneficiar vários políticos de esquerda que hoje se encontram em atividade, como o ex-governador e deputado Miguel Arraes. Perguntava Roberto Freire se aqueles que votaram contra o projeto de anistia teriam hoje coragem de assumir publicamente a responsabilidade dos seus atos? O parlamentar comunista chamava atenção para a importância do gesto que o Congresso está praticando, ao convocar uma Constituinte, da qual deverá emergir uma nova Constituição, verdadeiramente democrática, porque inspirada nas aspirações nacionais.

Aliás, o deputado José Lourenço da Frente Liberal, exalta o comportamento lúcido e patriótico do deputado Nelson Marchezan, do PDS, e líder até há pouco tempo do Governo Figueiredo na Câmara. Em dado momento, houve risco de não ser alcançado na Câmara o quorum regimental exigido para aprovação da Constituinte. O ex-líder do Governo Figueiredo tinha ponto de vista firmado a favor da Constituinte exclusiva, repelida a partir do momento em que o deputado Flávio Bierrenbach foi excluído das funções de relator da matéria na Comissão Mista do Congresso. Nesse momento, Marchezan informou ao líder José Lourenço, da Frente Liberal, que apesar de suas convicções pessoais sobre a matéria, ia votar com o Governo, pois não seria por um ato de omissão de sua parte que se geraria uma crise política. A mesma atitude também teve o deputado Pratiní de Moraes e outros parlamentares gaúchos do PDS, que acompanharam Marchezan na sua decisão.

Ultrapassado pela convocação da Constituinte, o ano político de 85 está prestes a se encerrar, entre outras razões porque o Congresso dentro de pouco mais de uma semana encerra as suas atividades. Os políticos de todos os partidos se preparam para cuidar das preliminares da sucessão governamental em seus Estados, prevista para o próximo ano. Por outro lado, o PMDB, no final de janeiro de 86, realiza em todo o País as suas convenções regionais, importantes porque terão inevitáveis repercussões sobre as sucessões governamentais.